

CONTRIBUIÇÕES À HISTÓRIA DIPLOMÁTICA DO BRASIL:
PANDIÁ CALÓGERAS, OU O CLAUSEWITZ DA POLÍTICA EXTERNA

*Paulo Roberto de Almeida**

J. Pandiá Calógeras:

A Política Exterior do Império

Volume I: *As Origens* (XL + 490 pp.)

Volume II: *O Primeiro Reinado* (568 pp.)

Volume III: *Da Regência à Queda de Rosas* (620 pp.)

(Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, Câmara dos Deputados,
Companhia Editora Nacional "Brasiliana", 1989; edição fac-similar)

"Na extrema ocidental da Europa, cerca de 1300 anos antes de Cristo, moravam povos quase desconhecidos. Chamaram-nos íberos os historiadores e geógrafos de eras subsequentes. Que vinham eles a ser? Nenhuma luz há sobre o ponto. (...) Talvez se justifique a opinião de que, sob tal nome coletivo, se designassem gentes moradoras ao longo do vale do Ebro, o *Iberus* dos autores latinos, fossem quais fossem suas origens".

* Ministro das Relações Exteriores. SEGIN. 70.170 BRASÍLIA- DF.

A Obra e suas circunstâncias

Assim tem início o primeiro capítulo do primeiro volume de *A Política Exterior do Império* de João Pandiá Calógeras, remontando no tempo remoto as origens da nacionalidade portuguesa, marco inaugural de uma pesquisa extremamente vasta e bastante minuciosa sobre os fundamentos e desenvolvimento da política exterior portuguesa, como fio condutor e meio de preparação do terreno para a ampla história diplomática do Brasil que ele tinha se decidido a escrever. Tal amplitude de visão denota com muita propriedade o estilo e o próprio método de trabalho de Calógeras, pesquisador formado no rigor quantitativo dos estudos de engenharia e no espírito detalhista da mineralogia descrita.

Ele, que se tinha insurgido contra a acusação de que não haveria uma “história diplomática brasileira”, pretendia, sem ironia, ter feito um “resumo, condensado mesmo, dos acontecimentos, de suas causas e de seus efeitos” (Prefácio ao vol. I, p. XXXVIII). Ao lançar-se a seu vasto empreendimento, Calógeras reconhecia que, “ao invés do que acontecia no regime imperial, em que grupo de especialistas mantinha no Conselho de Estado a tradição una da Chancelaria, desde os mais remotos tempos da conquista lusa até os nossos dias, (...) vai-se perdendo o contato com esse passado tão fecundo em lições...” (p. XXXVI). Para justificar seu empreendimento, ele ficou do acúmulo de “provas de que era preciso e urgente divulgar aos brasileiros (...) o que havia sido, o que ainda era a tradição nacional no convívio com os demais povos” (idem).

O terreno, ele reconhecia, não era desprovido de construções anteriores: “Não que faltem estudos sobre trechos e episódios de nossas relações com outros países. Existem e excelentes. Todos, entretanto, referem-se a casos isolados. Raríssimo elevam-se acima do aspecto puramente nacional, e situam os fenômenos no horizonte verdadeiramente internacional”. E Calógeras completava sua crítica: “Esse ponto de vista, o da perspectiva histórica, o de restituir cada fato ao nível e ao ponto que lhe cabe na evolução diplomática geral do mundo, tal exigência primordial e de conjunto nunca fora observada” (pp. XXXVI-XXXVII).

Ele pretendia, portanto, ocupar a lacuna detectada, mesmo convencido, sem falsa modéstia, da “insuficiência da realização”, julgando que seu trabalho poderia “de todos os defeitos e falhas de uma primeira tentativa” (p. XXXVIII). E no entanto, tão vasta obra tinha começado com pretensões mais modestas, originando-se de convite que Calógeras havia recebido do Instituto Histórico e Geográfico, em 1924, para colaborar na homenagem que se pretendia prestar a D. Pedro II, no centenário de seu nascimento: “A parte que devíamos estudar abrangia, no período de 1850-1864,

a repressão do tráfico, a política exterior, o equilíbrio no Prata, a consolidação da política interna" (p. XXXVII).

Calógeras indagava-se "como expor tais fatos, como perquirí-los, sem a prévia definição deles, evidenciando suas origens, sua evolução, o ponto a que haviam chegado, os rumos previsíveis, as soluções preferidas?". Daí seu projeto de estudar a política exterior do Brasil segundo um plano de vasto escopo: "primeiramente, em seus elementos formativos, em suas origens, quer humanas, quer mesológicas. Mas fazê-lo em conjunto com os fatores correlatos da História européia, de que era manifestação ultramarina".

Numa segunda etapa, "Fixar os problemas e os legados, que, em 1822, o primeiro Império teria de solver, bem como as Regências que se lhe seguiram. Finalmente, ver o tratamento a eles dispensado pelo segundo Império, até inventariar o acervo transmitido à República. Era mais do que a tarefa pedida, mas só por tal forma se manteria a feição essencialmente una dos roteiros trilhados, de 1500 até hoje" (p. XXXVIII).

Lacunas e omissões?

Eis, pois, tais como descritas pelo próprio Autor, a origem, motivações e características de obra tão monumental, ainda hoje inigualável pela amplitude cronológica e riqueza documental com que retrçou o itinerário histórico da formação da nacionalidade brasileira em suas dimensões internacionais. A obra, pelo que se desprende da expressão "de 1500 até hoje", permaneceu no entanto inacabada, pois que, aos três volumes publicados ainda em vida,¹ Calógeras pretendia acrescentar dois tomos relativos aos "fatos do segundo Império (...); abrange a intervenção no Uruguai, a guerra do Paraguai, os dissídios com a Inglaterra, a questão Christie, intimidade com os Estados Unidos, o prestígio crescente do Império na América do Sul e na Europa, a solução do problema multiseular da escravidão africana..." (Prefácio ao vol. III, pp. 5-6).

Esse esforço admirável não deixou de ser reconhecido por um crítico tão severo como José Honório Rodrigues. Em sua vasta historiografia da história do Brasil, não deixa ele de prestar o merecido crédito a Calógeras: "Graças ao nobre esforço de um grande historiador, possuímos um quadro geral da evolução de nossas relações internacionais, desde as origens coloniais até a queda de Rosas. Enquanto o Visconde de Santarém planejou e executou em grande parte uma das mais exaustivas pesquisas jamais realizadas no campo da política internacional, Pandiá Calógeras analisava os

principais documentos indispensáveis e aprofundava a leitura dos clássicos de história política brasileira, portuguesa e européia, para oferecer-nos um admirável ensaio das vicissitudes e grandezas dos negócios do Brasil em suas relações com o estrangeiro".²

Mas, com uma ambiguidade desarmante e sem maiores explicações, como não deixou de notar o diplomata e historiador João Hermes Pereira de Araujo, José Honório Rodrigues afirma que "seria uma temeridade dizer que *A Política Exterior do Império* é uma obra completa e definitiva".³ Depois de alinhar outros elementos de bibliografia sobre o tema, José Honório avaliava que, "com novas e exaustivas pesquisas das fontes brasileiras e estrangeiras, poder-se-á tentar tanto monografias especiais, episódicas e periódicas, como obras gerais de história diplomática que venham corrigir as lacunas, falhas ou omissões de Pandiá Calógeras".⁴

Como não deixa de indicar, acertadamente, João Hermes, "Lamentavelmente, não encontramos, na obra até agora publicada de José Honório Rodrigues, esclarecimentos a respeito reticências à *Política Exterior do Império*".⁵ Possivelmente emergirá uma explicação quando se publique a *História diplomática do Brasil* que José Honório preparou em 1956, como resultado de seu curso no Instituto Rio Branco, obra também referida, por João Hermes, como *Capítulos das Relações Internacionais do Brasil*, em futura edição a ser lançada, espera-se pelo Instituto Nacional do Livro.

Prolixidade histórica

O fato é que, contrariamente à assertiva de José Honório, a obra de Calógeras pode certamente pecar por algumas falhas metodológicas, como se verá adiante, mas jamais por lacunas e omissões. Com efeito, ademais do minucioso acompanhamento de todos os fatos relativos às relações internacionais da potência colonial portuguesa e, em especial, à política exterior do jovem Império sul-americano, Calógeras se detém em demasia em eventos e processos pertencentes tipicamente à história interna do País, quando não ao domínio da biografia ou do anedótico. Este aspecto é particularmente ressaltado por João Hermes: "Da leitura atenta de *A Política Exterior do Império*, o comentário que à primeira vista se impõe diz justamente respeito à prolixidade, à tendência de 'àlstrar' os assuntos tratados".⁶ Se a estrutura formal dos capítulos, em cada um dos volumes, é rigorosamente "internacional", seu conteúdo freqüentemente ressalva a crônica da política doméstica e a descrição geral do "estado de cousas", mais do que o requeria uma avaliação ponderada dos rumos da política externa oficial. Mesmo na reconstituição dos principais fatos e eventos diplomáticos, o texto de Calógeras é excessivamente carregado pela incorporação de acontecimen-

tos laterais, pela descrição minuciosa dos passos – às vezes literalmente – dos agentes diplomáticos ou pela transcrição completa de notas e documentos de chancelaria, o que, se muito auxilia o pesquisador impossibilitado de ir às fontes primárias, torna por vezes enfadonha a leitura dos três alentados volumes.

A prolixidade não é contudo um defeito, se considerarmos a obra de Calógeras precisamente como a de um “desbravador”, um garimpador da documentação de base, segundo as melhores regras da crítica histórica que lhe tinham sido repassadas pelo mestre Capistrano de Abreu. É bem verdade que Calógeras se excedia no aproveitamento das fontes documentais, mas ainda aqui devemos ser-lhe gratos pela riqueza das referências. Não é incomum, encontrarmos em seu texto, notas de rodapé deste tipo: “As fontes a consultar e confrontar são a *Summa do bullario portuguez e Alguns documentos da Torre do Tombo*”, ou ainda “A documentação encontra-se no Códice nº 215, lata 10, do Instituto Histórico e Geográfico”. Estamos certamente muito longe das lacunas e omissões supostamente encontradas por José Honório Rodrigues.

As marcas da história política

Quanto às falhas, evidentemente, que as há, mas não propriamente de interpretação geral da evolução do Brasil no que se refere ao capítulo das relações internacionais. Existe um certo consenso historiográfico quanto ao sentido global da formação da nacionalidade brasileira, feita de uma mistura de elementos diversos, mas todos concorrentes na constituição de um país *sui generis* na América do Sul: sólidos princípios territorialistas portugueses; uma indefectível mistura étnica benéfica, em última instância, à unidade nacional (o que, mesmo os historiadores mais conservadores, como Oliveira Lima, por exemplo, não deixam de reconhecer); uma defesa acirrada da unidade nacional e da integridade territorial da nação independente por parte de uma elite oligárquica imbuída de um arremedo de “manifesto destino”; uma estrutura social extremamente perversa em termos de construção da cidadania, pois que marcada pela preservação à *outrance* do escravismo, pela marginalidade estrutural do campesinato (na verdade, simples trabalhadores agrícolas) e por outros fatores que repercutem na desigualdade congênita da sociedade; ausência de grandes rupturas sociais, pelo menos num sentido cataclísmico, a grande instabilidade política compensando a falta de verdadeiras revoluções; um certo contentamento, enfim, com o sentido geralmente pacífico do nosso relacionamento externo regional.

Pandiá Calógeras situa-se no *droit fil* desse consenso historiográfico, o que evitou, aliás, o surgimento entre nós de grandes querelas profissionais que agitam de forma recorrente a comunidade dos historiadores em outros países (por exemplo, as *interprétations* divergentes, de direita ou de esquerda, sobre a *grande Révolution*, na França, ou os vários *Historikerstreiten* na Alemanha, de base essencialmente cultural). A esse título, não se pode dizer que as interpretações mais recentes da história diplomática brasileira – a não ser as declaradamente “revisionistas”, mas estas geralmente imbuídas de uma visão “marxista” primária, e mesmo simplista, da política exterior do Império e da Primeira República – tenham vindo contestar fundamentalmente a interpretação que lhe deu Calógeras.

A *Política Exterior do Império* traz, no entanto, as marcas de sua época, o que é inevitável mesmo no caso de um historiador “instintivo” como Pandiá Calógeras, que não reivindicava qualquer *appartenance* a uma escola histórica particular. O período de sua formação intelectual era claramente dominado pela história política tradicional, pela “ditadura” do *événementiel*, ao estilo do *wie es eigentlich gewesen* de Ranke, do positivismo da *Revue Historique* de Gabriel Monod, da “escola metódica” de Lavisse, Langlois e Seignobos, e ainda imune aos aportes sociológicos de *L'Année Sociologique* de Émile Durkheim e da *Revue de Synthèse Historique* de Henri Berr e de François Simiand.

O discurso histórico, nessa época, é claramente ou essencialmente político, em oposição aos primeiros ensaios de “história marxista”, ou seja econômica, que são feitos desde finais do século XIX, seja por discípulos de Marx e Engels (Kautsky e seu trabalho sobre a revolução francesa, Edward Bernstein num texto sobre a revolução inglesa), seja por intelectuais independentes europeus (Werner Sombart e seu estudo sobre o “burguês”, Max Weber e seus trabalhos de história comparada das civilizações e muitos outros *Kathedernsozialisten* alemães). Mesmo num país tão pouco afeito à tradição marxista, como os Estados Unidos, um historiador sem maiores *attaches* com o movimento socialista como Charles Beard ensaiou uma inovadora e pioneira interpretação materialista da história política daquela nação, em seu tão aclamado quanto repudiado *An Economic Interpretation of the Constitution* (1913). Não há em Calógeras qualquer esboço de interpretação econômica de fatos políticos, qualquer tentativa de fazer uma *Sozialgeschichte*.

Uma história “política” da economia

Seja dito claramente: Calógeras não ignorava os aportes do “materialismo dialético” à pesquisa histórica. Nesta sua obra, a par dos muitos capítulos de história política tradicional, sempre há uma ou duas seções reservadas aos problemas econômicos ou comerciais. No primeiro volume, por exemplo, todo o capítulo X é dedicado à “economia colonial” e ao tratado do comércio de 1810 com a Inglaterra. Desde seu segundo parágrafo afirma o Autor: “Nossa própria configuração política é, em parte, sua criação [da atividade econômica brasileira], por menos que se queira aceitar do materialismo histórico: o ouro, no século XVII, lindou Mato Grosso das possessões espanholas; a borracha, em nossos dias, traçou a divisa com o Peru e a Bolívia” (vol. I, p. 333). A subordinação de Portugal em relação aos interesses econômicos ingleses é perfeitamente ilustrada na análise do Trabalho desigual de 1810: “Ficava, portanto, o futuro reino do Brasil à mercê de Londres” (p. 341).

No segundo volume, igualmente, um dos capítulos finais é dedicado à “economia nacional e os tratados”, com nada menos de 43 páginas voltadas para uma acurada descrição das condições em que se deu a renegociação daquele primeiro tratado leonino e a conclusão de novos tratados comerciais com outras nações européias e os Estados Unidos. Os problemas do tráfico escravo, da balança comercial e da situação financeira e cambial também recebem tratamento relativamente minucioso na análise de Calógeras: a discussão no Parlamento sobre os tratados, aos quais estava ligado o problema do tráfico, encerra, nas palavras de Calógeras, “um dos mais notáveis debates construtores da nacionalidade em formação” (vol. II, p. 497). No terceiro volume, por sua vez, deixa a desejar o capítulo sobre a “oposição aos tratados de comércio” durante os gabinetes da Regência, uma vez que a exposição é limitada aos debates parlamentares, sem maior aprofundamento analítico sobre seus efeitos na economia do País. Mas, o capítulo anterior estende-se por 50 páginas nos problemas do tráfico, da colonização interior e das finanças, não deixando Calógeras de notar o efeito pernicioso sobre as finanças públicas e a dívida externa da “política externa belicosa” seguida anteriormente (vol. III, p. 368).

Em que pese essa preocupação, a componente econômica não volta a impregnar a história essencialmente política conduzida nos demais capítulos, como se houvesse uma separação estrita de fronteiras temáticas. Na verdade, a “economia política” praticada por Calógeras coloca a descrição da economia a serviço da narração política, numa espécie de materialismo histórico invertido. No mais, Calógeras se encontra muito mais à vontade no tratamento do *événementiel* e do biográfico: Feijó, por exemplo, é saudado por seu “espírito másculo”, dotado de “alto e curiosa fisio-

nomia moral” (vol. III, p. 41). Quanto a D. Pedro II, o tom é de franca admiração: “Triste criança, orfanada com menos de um ano (...), sempre lhe faltaram os beijos maternos. (...) Não teve infância nem mocidade. Era, sempre, o chefe de Estado” (p. 386).

Em suma, as relações internacionais do Brasil, na versão Calógeras, situam-se claramente na perspectiva *ottocentesca* da história política, essencialmente fatural, como seria de se esperar de um autor educado em leituras de Varnhagen – a *História Geral do Brasil*, de 1854-57, é a que reúne, no dizer de José Honório Rodrigues, “o maior número de fatos” (op. cit., p. 132) – além de outros historiadores preocupados com a cronologia e o encadeamento dos eventos, o poder do Estado, a processualística do atos internacionais, enfim, uma ótica quase que jurídica da história.

Mas, ele havia aprendido também, com Capistrano de Abreu, a importância dos fenômenos sócio-econômicos, o peso do meio ambiente – a época é de um certo “determinismo geográfico” – e o da formação étnica na vida de uma nação (aqui é preciso mencionar que Calógeras nunca sucumbiu ao “cientismo” racional de muitos de seus contemporâneos). É bem verdade, como ressalta José Honório, que sua *Formação Histórica do Brasil* (1930) “costuma separar a parte econômica e social da parte político-administrativa” (p. 140), mas não se deve esquecer que ele foi um dos primeiros a ingressar no terreno da “história econômica” com *A Política Monetária do Brasil*.⁷ Em que pese, no entanto, todos os méritos do *La politique Monétaire du Brésil*, elaborado às pressas para atender a recomendação da Terceira Conferência Internacional Americana, essa reconstituição extremamente bem cuidada das várias etapas da história econômica do País, sobretudo em suas dimensões financeiras e monetária, apresenta um caráter essencialmente político, quando não administrativo, com uma externa compilação de tabelas de taxas cambiais, empréstimos de reconversão, decretos de emissão, etc.

O “Clausewitz” da política externa

Em todo caso, estamos ainda no terreno da história tradicional, bem diferente daquela que seria inaugurada, na década de 30, por intelectuais de formação tão diversa como Caio Prado Júnior (*Evolução Política do Brasil*, 1933), Gilberto Freyre (*Casa Grande e Senzala*, 1934) ou Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*, 1936). Em todos eles há uma preocupação com o que poderíamos chamar de “História total”, sem categorias estanques ou distinções claras entre cultura, sociedade, economia e política. Com Calógeras, predomina ainda a vertente clássica, aquela da história “liberal”, ao estilo de um Macaulay ou de um Gardiner.

Seja como for, Calógeras é o primeiro “sistematizador” da história das relações internacionais do Brasil, o primeiro a pensar de forma unificada (ainda que não integrada) o itinerário da nacionalidade brasileira em sua dimensão internacional. Como ressaltou João Hermes, “Anteriormente a Calógeras, (...) nenhum autor brasileiro tratou, com espírito científico e dentro de uma visão geral, de nossa história diplomática”.⁸

Ele o faz com pleno conhecimento de causa, produzindo uma obra de referência – mas não certamente um compêndio didático – que permite embassar novas tentativas de interpretação por geração ulteriores de historiadores. Sua marca registrada é a interpenetração da política interna com a externa, sem que se possa distinguir muito bem se todos os fatores propriamente nacionais alinhados por ele apresentam efetivamente uma influência sobre eventos ou processos na vertente externa. Segundo uma imagem traçada por Tristão de Ataíde, assim como Clausewitz considerava a guerra a continuação da política por outros meios, Calógeras parece considerar, “com razão, a política externa como sendo um prolongamento da política interna”.⁹

Calógeras, ao fazer obra grandiosa, foi também excessivamente modesto, ao falar da “insuficiência da realização” e dos “defeitos e falhas” de sua “primeira tentativa”. Ainda assim, considerou que seu trabalho poderia servir de “tela para futuras correções”. Mas do que isso, ao refazer todo o percurso da formação da nacionalidade brasileira nos mais de quatro séculos de história que sobre seu trabalho, ele é a base indispensável sobre a qual deve assentar qualquer estudo sério sobre as relações internacionais do Brasil contemporâneo.

Um sumário resumido dos capítulos da trilogia confirma essa afirmação. O primeiro volume trata, sucessivamente, da formação da península ibérica e da oposição de mantalidades entre portugueses e espanhóis, dos descobrimentos, da formação territorial do Brasil, do domínio espanhol, das guerras entre a Espanha e a Holanda, da expansão territorial portuguesa, do *uti possidetis* e dos tratados de 1750 e de 1761, da consolidação das fronteiras, do povoamento, da economia colonial, da campanha de Wilberforce contra o tráfico e pela abolição da escravidão, da Europa pós-napoleônica, da emergência do movimento emancipacionista na América, da diplomacia de D. João VI e da independência. o segundo volume, enfocando o primeiro Reinado, é na verdade quase todo dedicado ao problema do reconhecimento da independência, tema que já tinha sido extensivamente tratado em obra comemorativa de 1922 organizada pelo Itamaraty: *Arquivo Diplomático da Independência* (1922, 6 vols.). Ainda assim, completam esse volume capítulos dedicados ao problema da Cisplatina e à economia nacional e os tratados de comércio, concluindo-se pela abdicação do Imperador Pedro I. O terceiro volume, finalmente, é o mais complexo pelos

temas tratados, com uma estrutura muito diferenciada em seus diversos capítulos, com temas de política interna alternando-se com aqueles voltados para a política externa: luta contra o absolutismo, Feijó, maioria, questão religiosa, os problemas do Prata (caudilhagem, Uruguai, bloqueio francês, Rosas), fronteiras com as Guianas francesa e inglesa e com a Bolívia, as questões do tráfico, da colonização e das finanças (num só capítulo), a oposição aos tratados de comércio no Parlamento e no Conselho, o Imperador, a pacificação do País por Caxias e, por fim, o problema do Prata mais uma vez, até a queda de Rosas. Em suma, toda a história do Brasil passada a limpo por esse “engenheiro-historiador”, que também foi parlamentar e político (três vezes ministro: da Agricultura, Indústria e Comércio, da Fazenda e da Guerra, o único civil a ocupar esse cargo na República), mas que nunca conseguiu ser o que realmente pretendia: Ministro das Relações Exteriores.

Segundo a imagem consagrada, todos nós, diletantes, amadores ou especialistas na história das relações exteriores do Brasil, podemos ser considerados como “anões nos ombros de um gigante”. Depois de Pandiá Calógeras, podemos certamente continuar a estudar a política externa por “outros meios”, inclusive aqueles que não estavam a seu alcance, pertencente que foi a um universo historiográfico que antecede a Revolução metodológica e mental dos *Annales*. Mas, no panteão dos nossos historiadores, ele continuará sempre sendo, com todo o seu fatalismo, o “Clausewitz” das relações internacionais do Brasil.

NOTAS DE REFERÊNCIA

- 1 – O primeiro volume da edição original d'A *Política Exterior do Império* foi publicado como tomo especial da *Revista* do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1927; o segundo, na mesma forma, sai em 1928 e o terceiro, já integrando a coleção “Brasilianna” da Companhia Editora Nacional, em 1933, poucos meses antes da morte de Pandiá Calógeras.
- 2 – Cf. José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil: Introdução Metodológica* (5ª ed., São Paulo-Brasília, Companhia Editora Nacional-INL, 1978), pp. 171-2. A pesquisa referida do Visconde de Santarém (Manuel Francisco de Barros) é o *Quadro elementar das relações política e diplomáticas de Portugal* (Paris, 1842-1860, 19 vols.), seguida do *Corpo diplomático português* (Lisboa, 1862-1902, 12 vols.), que José Honório considera “muito mais fontes que obras de história diplomática”; cf. p. 170.
- 3 – Idem, p. 172. Ver a “Introdução” de João Hermes PEREIRA DE ARAUJO à edição fac-similar da obra de Pandiá Calógeras, p. XXII.
- 4 – Cf. RODRIGUES, idem, p. 173.
- 5 – Cf. PEREIRA DE ARAUJO, op. cit., loc. cit.

- 6 - Idem, p. XXIV.
- 7 - Original francês: *La Politique Monétaire du Brésil* (Rio de Janeiro, Imprimerie Nationale, 1910); tradução de Thomaz Newlands Neto, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1960 (coleção "Brasiliana", 18).
- 8 - Cf. PEREIRA DE ARAUJO, Introdução, op. cit., p. XIV.
- 9 - Tristão de ATHAYDE, in *Pandiá Calógeras na opinião de seus contemporâneos* (São Paulo, Tip. Siqueira, 1934), p. 127, citado por PEREIRA DE ARAUJO, p. XXVI.